



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 03 • 30/05 a 12/06/04 • ISSN 1809-6182

Análises

03/06/2004 - Investimentos Estrangeiros Diretos na América Latina p.01

Analisa-se os fluxos de investimento estrangeiro direto para a América Latina e Caribe, que, segundo a CEPAL, tiveram forte redução nos últimos quatro anos, e suas implicações econômicas.

11/06/2004 - O preço internacional do petróleo e a situação política na Arábia Saudita..... p.04

Analisa-se os fluxos de investimento estrangeiro direto para a América Latina e Caribe, que, segundo a CEPAL, tiveram forte redução nos últimos quatro anos, e suas implicações econômicas.

Resenhas

03/06/2004 - O novo governo indiano: a recusa de Sonia Gandhi ao posto de Primeira-Ministra Atentado mata presidente na Tchetchênia..... p.06

A resenha dispõe acerca da recusa de Sonia Gandhi em se tornar primeira ministra indiana e levanta possíveis razões que provocaram sua decisão, apresentando ainda as diretrizes colocadas por seu partido em face da referida recusa.

03/06/2004 - Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon.... p.08

A despeito da promessa de que respeitaria a decisão de seu partido acerca da votação ocorrida a 2 de maio de 2004, o primeiro ministro israelense persiste em sua estratégia de tentativa de solução do conflito árabe-israelense mediante iniciativas unilaterais.

28/05/2004 - Ascensão da Rússia a OMC p.10

A Rússia pleiteia uma vaga na Organização Mundial do Comércio (OMC). A organização intergovernamental possui atualmente 147 membros. A União Européia está em fase de negociações com Moscou, desejando algumas contrapartidas para facilitar a entrada da Rússia na OMC.

10/06/2004 - Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade..... p.12

Forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), lideradas pelo Brasil, estão incumbidas de manter a ordem no Haiti - cujo governo foi deposto em uma rebelião armada - devendo contribuir para a manutenção da segurança e da paz no país.

10/06/2004 - A aprovação do plano de retirada pelo gabinete ministerial israelense p.14

Após a demissão de dois ministros do partido da União Nacional, o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, logrou êxito em aprovar seu plano, que foi submetido à votação do gabinete de ministros israelense em 06 de junho de 2004.

Investimentos Estrangeiros Diretos na América Latina

Análise
Economia e Comércio

Bárbara Gomes Lamas
03 de junho de 2004

Analisam-se os fluxos de investimento estrangeiro direto para a América Latina e Caribe, que, segundo a CEPAL, tiveram forte redução nos últimos quatro anos, e suas implicações econômicas.

A CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe - divulgou em maio de 2004 o relatório "Investimento estrangeiro na América Latina e no Caribe", em que afirma que os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) para a região se reduziram pelo quarto ano consecutivo, depois de quase uma década de intensificação. Segundo dados da CEPAL, de 1990 a 1994, a América Latina recebeu, em média, 15,775 bilhões de dólares e, de 1995-1999, 60,948 bilhões de dólares. O pico de investimentos se deu em 2000, com 78,1443 bilhões de dólares. A partir de então, os investimentos diminuíram até chegar a 36,466 bilhões de dólares em 2003. A fim de entender o processo de redução dos IED na América Latina e Caribe, é necessário caracterizar os fluxos de investimento direto para a região, para então analisarmos suas implicações na economia local.

O volume de IED para a América Latina e o Caribe foi intensificado a partir da década de 1990, época em que a maioria das economias da região promoveu reformas econômicas com vistas a privatizar, desregular e liberalizar os serviços públicos. Tais medidas abriram espaço para a entrada de empresas estrangeiras, norteadas por pelo menos uma das estratégias: 1) busca de matérias

primas; 2) busca de mercados; 3) busca de eficiência para conquista de terceiros mercados; 4) busca de um elemento estratégico, em termos de tecnologia avançada, como base científica e tecnológica ou logística tecnológica.

A escolha de uma ou outra estratégia é influenciada por diversos aspectos, como: características e disponibilidade dos recursos naturais; tamanho, ritmo de crescimento, poder de compra, estrutura e regulação do mercado; acesso ao mercado (barreiras tarifárias ou não-tarifárias); acordos internacionais de comércio; proteção do investimento estrangeiro; desenvolvimento tecnológico, dentre outros. A estratégia adotada revela as intenções e expectativas das empresas com relação à integração com a economia local. As empresas que decidem expandir suas atividades em busca de matéria-prima, por exemplo, não têm alto grau de integração, na medida em que não desenvolvem atividades de processamento dos recursos na economia-hóspede, não agregam valor ao produto, são baixos os ingressos fiscais por recursos não-renováveis. Isso não significa, no entanto, que não haja efeitos, positivos e negativos, sobre a sociedade/economia-hóspede: as exportações podem aumentar, trazendo mais divisas ao país, criam-se mais empregos, além de haver impactos



importantes sobre o meio-ambiente.

Crise econômica e política em diversos países da região, desaceleração das economias dos países desenvolvidos, queda do poder aquisitivo, desvalorização de moedas: vários são os fatores que levaram à redução dos IED na América Latina e no Caribe, muitos deles intimamente relacionados entre si, mas com efeitos diferenciados nas economias-hóspedes – e estes efeitos dependeram principalmente do grau de envolvimento das empresas com a economia local. No México, América Central e Caribe, destinos a que se dirigiu o IED cuja estratégia era, em geral, a busca de eficiência, também houve uma diminuição do fluxo dos investimentos estrangeiros, mas em menor grau se comparada à redução que houve dos fluxos para o Mercosul. Na Comunidade Andina, que também recebeu investimentos que buscavam majoritariamente matérias-primas, registrou-se um aumento dos fluxos, apesar da instabilidade política e econômica. Este comportamento demonstra que o IED com esta orientação, pouco vinculado às economias locais, é relativamente imune às condições internas dos países hóspedes – mas são mais vulneráveis à situação econômica do país consumidor.

A queda mais importante se produziu no Mercosul e no setor de serviços, destinos em que a entrada de IED teve pico nos anos 1990, com média anual de 45,534 bilhões de dólares no segundo quinquênio, segundo dados da CEPAL. Em 2003, este número representa apenas 47% da média – 21,527 bilhões de dólares. No Brasil houve uma redução dos IED de 39% do ano de 2002 para 2003, e 47% se comparado com quinquênio 1995-1999. Com isso o país perdeu para o México o posto de maior receptor de IED da região, e passou a ocupar o segundo lugar. Com efeito, aos países do Mercosul se dirigiram principalmente os investimentos focados na busca de mercado de serviços (72% de todo o investimento estrangeiro para a

sub-região), como resultado das privatizações de telecomunicação e energia elétrica.

Com o fim dos movimentos de fusões e aquisições, no fim da década de 1990, seria natural que houvesse redução dos investimentos diretos. A situação ficou ainda pior com a crise econômica por que passou a sub-região, que provocou a desvalorização das moedas, a redução do poder aquisitivo, bem como a retração da demanda interna. Assim, as empresas adiaram os investimentos que pretendiam fazer, e os efeitos positivos que eles trariam à economia não foram sentidos pela sociedade local – novas atividades econômicas, aprofundamento e criação de cadeias produtivas, desenvolvimento empresarial local, dentre outros. Em vez disso, houve um aumento nos conflitos gerados, como disputas provenientes de obrigações internacionais de investimento, deslocamento de empresas nacionais, além de problemas regulatórios.

Deve-se levar em conta, também, os efeitos macroeconômicos dos investimentos. Em um primeiro momento, até 1998, a transferência líquida de recursos no Balanço de Pagamentos se manteve positiva, principalmente graças ao dinamismo do IED, apesar da incidência negativa dos fluxos financeiros desde 1996. O retrocesso inicia-se em 2000, e em 2002 não consegue compensar a transferência dos fluxos financeiros ao exterior (CEPAL), devido à não redução de remessas derivadas dos IED ao exterior, a despeito da diminuição dos fluxos de investimentos. A partir de uma análise simplista dos dados macroeconômicos, pode-se afirmar que a situação até o fim da década de 1990, quando a entrada de investimentos diretos superava as remessas ao exterior, estava boa. Contudo, é preciso analisar que tipo de investimento foi este, e quais os benefícios e os custos decorrentes deste investimento.

Apesar de a atividade das empresas

transnacionais terem mostrado um alto dinamismo nos últimos anos, surgiram algumas dúvidas quanto aos benefícios líquidos destas operações na região – brechas entre as expectativas dos países no momento de receber o investimento e as dificuldades que surgiram na prática. Os benefícios trazidos pelos IED não são instantâneos. Ao contrário, para que eles aconteçam, é necessária uma série de estratégias e decisões políticas que selecionem os investimentos mais adequados à economia. Em outras palavras, pode-se dizer que não basta aumentar os fluxos de investimento para a América Latina e Caribe. Isto deve ser feito com vistas a aumentar o acesso, a transferência e a assimilação de tecnologias, ao estabelecimento e aprofundamento de cadeias produtivas, e ao treinamento e capacitação de recursos humanos. Desta forma, a economia de fato se desenvolveria e a região poderia se inserir de forma mais incisiva no mercado internacional.

Referência

[CEPAL](#)

[ONU](#)

O preço internacional do petróleo e a situação política na Arábia Saudita

Análise
Segurança / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira
11 de junho de 2004

A análise que se segue apresenta a atual situação política na Arábia Saudita e sua relação com a manutenção do preço internacional do barril de petróleo em patamares sem precedentes desde a Primeira Guerra do Golfo.

Durante toda a semana que se seguiu ao ataque terrorista de autoria da Al Qaeda à cidade de Khobar, Arábia Saudita, em 30/05, uma das preocupações que estiveram no topo da agenda internacional e, portanto, da pauta de discussões da OPEP e das atenções da mídia internacional foi quanto à capacidade da Arábia Saudita, maior potência petrolífera mundial, de superar os temores que têm sido gerados pela alta sem precedentes no preço do petróleo e por sua relação com o terrorismo internacional.

O preço internacional do petróleo tem se mantido, há semanas, em patamares sem precedentes desde a Primeira Guerra do Golfo (ver análise acerca do tema, de 13/05), e este fato tem relação causal direta com atos de terrorismo que vêm sendo perpetrados em países exportadores dessa commodity. Neste sentido, por exemplo, após uma onda de ataques ao setor petrolífero iraquiano nos dias 14 e 15/06, o país suspendeu suas exportações de petróleo. Como neste momento o preço dessa commodity tem se mantido alto e suscetível a especulações em função de qualquer possibilidade de diminuição na sua oferta mundial, certamente este fato terá repercussões no mercado internacional.

Assim, tensões geopolíticas têm sido

apontadas pela OPEP como uma das causas principais da manutenção do preço internacional do petróleo em patamares tão altos, juntamente com o robusto aumento não antecipado nas demandas da China e EUA e problemas de distribuição e refino em algumas regiões consumidoras. Segundo a organização, a soma desses fatores é a equação que estaria gerando a possibilidade de corte na oferta de petróleo.

Diante dessa preocupação, então, atores envolvidos e analistas internacionais têm demonstrado claramente suas posições. A OPEP, por exemplo, decidiu e divulgou sua meta de aumentar a produção de petróleo num esforço por abaixar-lhe o preço internacional. Alguns analistas, entretanto, têm apontado suas dúvidas quanto à capacidade do governo saudita de manter seu domínio sobre o mercado de petróleo, e sugerido que, a despeito mesmo da meta colocada pela OPEP, o preço da commodity manter-se-á alto.

A Al Qaeda, por sua vez, tem sido vista como eficaz e bem sucedida em suas atividades e até mesmo como tendo se sobreposto e destacado em sua investida contra o governo saudita, perspectiva que fora divulgada inclusive por jornais árabes. Para entender as ações, o posicionamento e a imagem desta organização terrorista nesse contexto é

essencial analisar a situação política da Arábia Saudita, cujo governo é controlado desde a década de 1920 pela monarquia da Casa de Saud. Além disto, é necessário analisar mais detidamente a relação desta situação com o ataque específico desferido pela organização na cidade de Khobar em 30/05.

Entre a população da Arábia Saudita dissemina-se cada vez mais hostilidade e oposição públicas à família real que governa o país, sendo as principais acusações que se faz a ela as de corrupção e fraqueza do regime, além de alinhamento com os principais estados “inimigos do Islã”. Neste contexto, Osama Bin Laden, cidadão saudita que abertamente se opõe à Casa de Saud, tem apoio amplo da sociedade do país e é visto, inclusive, como porta voz do ideal de que a Arábia Saudita deve ser uma teocracia islâmica, interesse que se viu expresso pelo próprio ataque de 30/05.

Isto porque a tomada de reféns feita no ataque seguiu a seguinte lógica: muçulmanos podiam deixar o local, mas estrangeiros era impelidos a ficar. Assim, os 22 mortos no ataque eram todos estrangeiros não-muçulmanos, conjunto de pessoas que desempenha papel crucial no país por controlar atividades relevantes de sua economia. O interesse da Al Qaeda em que eles deixem o país, portanto, explica-se pelo fato de que, sem estes estrangeiros, a situação econômica e política saudita tornar-se-á finalmente insustentável. Pode-se dizer, então, que o ataque teve como alvo a família real saudita e sua governabilidade.

Para além da situação saudita propriamente dita e da pretendida e possível queda do regime atual, é preocupante o fato de que um colapso na governabilidade do país potencialmente removeria sua oferta de petróleo do mercado mundial, ainda que temporariamente, representando o desaparecimento de 10% do produto global. O cerne da preocupação que tem

sido prioritária na agenda internacional, portanto, é que ocorra com a Arábia Saudita o que aconteceu com o Iraque depois do ataque de 16/06 - sendo que a relevância do primeiro país nesse mercado é evidentemente muito superior à do último

Referência

[Financial Times](#)

[Opep](#)

[The Guardian](#)

www.saudinf.com

O novo governo indiano: a recusa de Sonia Gandhi ao posto de Primeira-Ministra

Resenha
Segurança

Layla Dawood
03 de junho de 2004

A resenha dispõe acerca da recusa de Sonia Gandhi em se tornar primeira ministra indiana e levanta possíveis razões que provocaram sua decisão, apresentando ainda as diretrizes colocadas por seu partido em face da referida recusa.

Sonia Gandhi, apontada como pivô da surpreendente vitória de seu partido - o partido do Congresso - nas últimas eleições na Índia, declarou, em 18 de maio de 2004, que não aceitaria o posto de primeira ministra, sob a alegação de que este nunca havia sido seu objetivo. A referida declaração provocou intensas reações dentre os membros de seu partido que, por liderar uma aliança partidária ocupante de 317 dos 543 assentos do Parlamento Indiano, foi requisitado pelo presidente Abdul Kalam a indicar o primeiro ministro que estará à frente do próximo governo da Índia.

À recusa seguiram-se apelos veementes por parte de seus apoiadores para que reconsiderasse a decisão. Foram invocados os serviços prestados à Índia por seu marido e sua sogra, Rajiv Gandhi e Indira Gandhi, os quais ocuparam o cargo de primeiro ministro, sendo ambos assassinados. Entretanto, ficou evidente a improbabilidade da reconsideração. Rajiv Desai, que há muito acompanha a família, afirmou que Sonia Gandhi iniciou sua atividade política em 1998 com o único intuito de reavivar seu partido e retirar do poder o partido nacionalista hindu Bharatiya Janata, cuja atividade acreditava ser prejudicial ao país.

Diante da possibilidade da ocupação do

cargo por Sonia Gandhi, o partido Bharatiya Janata, anteriormente no poder, teria iniciado uma campanha de oposição à indicação da mesma em função de sua nacionalidade italiana, uma vez que a ocupação do cargo por um estrangeiro seria algo inédito no país. Analistas sustentam que a recusa de Sonia Gandhi visou a minar as tentativas de desestabilização do governo a ser liderado pelo Partido do Congresso empreendidas, fundamentalmente, com base em argumentos de cunho nacionalista. Entretanto, há quem especule que a recusa se deveu a temores de seus familiares quanto à sua segurança.

Manmohan Singh, que ocupou o cargo de ministro das finanças de 1991 a 1996, foi indicado pelo partido do Congresso ao cargo de primeiro ministro no dia seguinte à declaração de recusa de Sonia Gandhi, a qual apóia essa indicação. Considera-se que Singh seja extremamente capacitado para a ocupação do cargo, sendo doutor em economia pela Universidade de Oxford e tendo já ocupado importantes cargos relacionados à economia no país. Há quem aponte a existência de uma certa simbologia em sua indicação, pois será o primeiro não hindu a ocupar o cargo. Além de praticante do sikh, religião à qual pertenciam os assassinos de Indira Gandhi, será

nomeado oficialmente pelo presidente da Índia Abdul Kalam, um muçulmano. Acredita-se que este fato indicaria o prenúncio de um melhor tratamento das diferenças e da possibilidade de coexistência de grupos na Índia.

A nomeação de Singh significaria, ainda, uma tentativa de acalmar os investidores estrangeiros na Índia, uma vez que, logo após o resultado das eleições e a vitória de uma aliança partidária que propõe a distribuição mais igualitária dos frutos do crescimento da economia indiana e tem o apoio do partido comunista, teve lugar o que a mídia indiana chamou de “segunda-feira negra”, quando as ações caíram 11%, a maior queda diária já registrada na bolsa de valores de Mumbai desde a sua criação. Manmohan Singh é tido por muitos como o arquiteto da reforma econômica do país na década de 1990, que teria impedido o colapso de uma economia de viés socialista por meio de iniciativas de liberalização.

Manmohan Singh declarou que o processo de reforma da economia indiana, levado a cabo, em especial, pela administração anterior, não será paralisado. No entanto, as reformas, segundo ele, darão ênfase ao elemento humano, declaração que muitos analistas interpretam como um indicativo de que as privatizações serão realizadas em um ritmo mais lento, uma vez que as empresas públicas empregam um número grande de indianos.

Quanto ao futuro político de Sonia Gandhi, esta afirma que permanecerá como líder do partido do Congresso e manterá seu assento no Parlamento Indiano.

Referência

[BBC](#)

[CNN](#)

[Reuters](#)

[The Guardian](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon

Resenha
Segurança

Layla Dawood
03 de junho de 2004

A despeito da promessa de que respeitaria a decisão de seu partido acerca da votação ocorrida a 2 de maio de 2004, o primeiro ministro israelense persiste em sua estratégia de tentativa de solução do conflito árabe-israelense mediante iniciativas unilaterais.

A despeito da promessa de que respeitaria a decisão de seu partido acerca da votação ocorrida a 2 de maio de 2004, o primeiro ministro israelense – desde a rejeição, em referendo interno ao Likud, de seu plano de retirada dos assentamentos israelenses na Faixa de Gaza e em partes da Cisjordânia – persiste em sua estratégia de tentativa de solução do conflito árabe-israelense mediante iniciativas unilaterais. Contudo, dessa vez, sua batalha vem sendo empreendida em nova arena: o parlamento israelense.

No intuito de angariar o apoio da direita de seu partido, apresentou versão amenizada da proposta anterior. O plano original, rejeitado por 60% dos membros do Likud, previa a retirada total dos assentamentos israelenses em Gaza. Ariel Sharon justificava tal iniciativa alegando que a manutenção dos assentamentos nessa região, onde se encontram assentados 7.500 israelenses rodeados por 1.300.000 palestinos, não teria razão de ser do ponto de vista econômico e estratégico. Enorme gama de recursos é ali dispendida com o envio, a exemplo, de tropas para resguardar os israelenses dos constantes ataques de grupos militantes palestinos. Além disso, segundo ele, cedo ou tarde, concessões aos palestinos teriam que ser

feitas em função da intensa pressão internacional, de modo que abrir mão da Faixa de Gaza seria menos prejudicial que dismantelar os assentamentos na Cisjordânia, local em que vivem 230 mil colonos israelenses.

O novo plano de Ariel Sharon propõe uma retirada progressiva, e não imediata, conforme o anterior, dos 21 assentamentos em Gaza. Divide a retirada em etapas que seriam, cada qual, submetidas à aprovação do parlamento israelense. Estava prevista para o dia 30 de maio de 2004 a votação do “plano amenizado” no âmbito do parlamento. No entanto, no dia 28 de maio, não tendo conseguido o apoio necessário a esse plano, por parte da maioria de seus co-partidários que compõem o gabinete ministerial, Ariel Sharon mudou sua estratégia anunciando que, no dia 30 de maio, submeteria à votação do parlamento o plano original, o qual, embora rejeitado pelo Likud, conta com o apoio dos partidos opositores, de 60% da população israelense (de acordo com pesquisas de opinião pública) e, em especial, do governo dos EUA. A votação do “plano amenizado” não teria sentido, portanto, por não ter atingido o apoio de seu público-alvo.

Entretanto, o primeiro ministro israelense – em reviravolta inesperada por muitos –

adiou a referida votação para o dia 6 de junho. A mídia internacional buscou explicações para o gesto de Ariel Sharon no fato de que, às vésperas da votação, dos 23 ministros que compõem o seu governo, apenas 11 colocaram-se a favor do plano, fato que prenunciava a não aprovação do mesmo.

Recentemente, Ariel Sharon proferiu declarações polêmicas ao ventilar a possibilidade de que ministros contrários ao plano original sejam destituídos de seus cargos. Com tais declarações, faz referência quase direta a Binyamin Netanyahu, seu atual ministro das finanças e co-partidário, além de responsável, em grande medida, pela rejeição desse plano no referendo interno ao Likud. À época, Netanyahu teria feito campanha contrária à proposta, reiterando o tradicional embate entre os dois políticos no interior do partido.

A decisão de Ariel Sharon de adiar a votação é claramente uma tentativa de evitar uma segunda derrota, que poderia repercutir na viabilidade das negociações para a solução do conflito árabe-israelense. Analistas de política internacional levantam uma série de prováveis cenários referentes ao futuro do primeiro ministro israelense e as negociações de solução do conflito árabe-israelense. Na hipótese de que Ariel Sharon se arrisque e seja novamente derrotado, sua imagem frente à opinião pública israelense, e, principalmente, as relações entre o Estado de Israel e os EUA poderiam sofrer abalos consideráveis.

Há quem defenda a possibilidade de que ele forme um novo gabinete ministerial convidando membros do partido trabalhista, de Shimon Peres, que, apesar de opositor, apóia o plano original de retirada. Entretanto, emergiriam, evidentemente, problemas internos ao Likud.

Outro cenário, menos provável, seria a dissolução do parlamento por parte de Ariel Sharon e a realização de novas

eleições, partindo do pressuposto de que a população israelense lhe conferiria o suporte necessário em função do fato de que a maioria desta coloca-se a favor do plano de retirada total da Faixa de Gaza. Não obstante, tal atitude poderia surtir efeito inverso, pois não há como ignorar a hipótese de que Netanyahu consiga apoio suficiente no interior do parlamento para formação de novo governo, ou seja, de um novo gabinete ministerial sem recorrer a novas eleições.

Finalmente, mesmo que Ariel Sharon consiga a aprovação de seu plano de retirada na data prevista para a votação (6 de junho de 2004), dois partidos que compõem a base aliada do governo ameaçaram retirar seu apoio, o que significaria a perda da maioria, em relação às cadeiras do parlamento israelense, sustentada, até então, pelo atual governo. Portanto, após a tentativa de realização de um exercício de projeção de possíveis cenários referentes ao futuro político de Ariel Sharon, as circunstâncias atuais não lhe parecem favoráveis. Questiona-se até que ponto e de que forma a instabilidade política no interior do governo israelense impacta as negociações para a solução do conflito árabe-israelense.

Referência

[BBC](#)

[CNN](#)

[Jornal Folha de São Paulo](#)

[The Guardian](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

Ascensão da Rússia a OMC

Resenha
Segurança

Vinicius Alvarenga
03 de junho de 2004

A Rússia pleiteia uma vaga na Organização Mundial do Comércio (OMC). A organização intergovernamental possui atualmente 147 membros. A União Européia está em fase de negociações com Moscou, desejando algumas contrapartidas para facilitar a entrada da Rússia na OMC.

A Rússia é um dos poucos países de relevância no cenário internacional que ainda não faz parte da Organização Mundial do Comércio (OMC). A referida organização tem como membros 147 Estados, entre eles o Brasil. Até mesmo a China, de recente abertura comercial, se tornou membro em 2001.

O atual presidente da Rússia Vladimir Putin já estabeleceu como uma de suas prioridades a inclusão de seu país na referida organização. Há anos a Rússia vem pleiteando sua inclusão na organização que regula o sistema multilateral de comércio. A União Européia seria, de acordo com alguns analistas, o principal entrave ao acesso russo na OMC.

Recentemente a Rússia vem negociando com a União Européia algumas questões, em uma tentativa de barganhar pelo apoio do bloco europeu à sua aceitação na organização. A questão do preço interno do gás produzido pela Rússia é um tema chave nesta negociação, além da redução de tarifas de importação e a liberalização de alguns importantes mercados russos, como o de serviços (principalmente telecomunicações e mercado financeiro).

Recentemente a Rússia acordou com a União Européia em aumentar o preço do gás natural em seu mercado interno em troca do apoio à sua entrada na OMC. O

acordo ocorreu no dia 21 de Maio de 2004, entre o comissário comercial da União Européia Pascal Lamy e o ministro do Desenvolvimento Econômico e do Comércio russo German Gref.

A União Européia acusava a companhia estatal russa Gazprom de cobrar preços demasiado baixos internamente se comparado ao cobrado dos europeus, o que indiretamente estaria subsidiando a economia russa, de acordo com analistas. A Gazprom é a maior produtora mundial de gás natural e a maior fornecedora individual de gás natural para a Europa.

A preocupação russa com possíveis vantagens de pertencer à OMC, como o crescimento econômico, maior competitividade e mais parceiros comerciais, a levou a aceitar a negociação com os europeus acerca do gás, segundo analistas políticos.

Para os europeus, de acordo com alguns analistas, as concessões russas agradam, pois os russos aumentariam seus preços do gás combatendo o problema do "subsídio" e ao mesmo tempo a União Européia se beneficiaria também com a parceria econômica com os russos.

Outro fator de grande relevância para as negociações entre U.E. e Rússia é a iniciativa de Moscou de apressar seu processo de adesão ao Protocolo de Kyoto – que visa combater e limitar a emissão de gases poluentes – que sem a presença



rusa seria difícil ter alguma validade, conforme afirmam especialistas.

Porém a admissão russa na OMC não estaria assegurada apenas pelo apoio da U.E. Países como EUA, China e Japão também seriam importantes neste processo de integração do país na organização. Mas, segundo alguns analistas, estes países não seriam um problema. Mesmo o Japão que tem alguns empecilhos políticos com a Rússia – como não terem assinado um acordo de paz no pós 2ª Guerra Mundial – não deveria barrar o acesso russo, pois questões políticas não são impeditivas nas negociações da OMC. A China seria a maior dificuldade russa, pois ambos têm grandes disputas econômicas, o que, porém, já está sendo contornado.

A Rússia tenta a negociação de sua participação na OMC a vários anos. Os principais alvos são EUA e União Européia, de acordo com alguns analistas. Porém, as negociações para a adesão à organização são demoradas, devido ao grande número de acordos, à complexidade dos temas e o grande número de países membros. O processo de adesão da China demorou cerca de 2 anos, e o processo russo também não deve ser definido no momento. Porém, o avanço nas negociações com a União Européia acelera bastante as chances da Rússia de pertencer à Organização.

Referência

[BBC News](#)

[CNN](#)

[STRATFOR](#)

[The Moscow Times](#)

[The Russia Journal Daily](#)

Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Vinicius Alvarenga
10 de junho de 2004

Forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), lideradas pelo Brasil, estão incumbidas de manter a ordem no Haiti - cujo governo foi deposto em uma rebelião armada - devendo contribuir para a manutenção da segurança e da paz no país.

O Haiti se encontra sob proteção e administração de forças coordenadas pela Organização das Nações Unidas (operação de “peacekeeping”). O Conselho de Segurança da ONU, por meio da resolução 1542, de 30 de Abril de 2004, criou a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (*United Nations Stabilization Mission in Haiti - MINUSTAH*), com permissão do uso da força para a manutenção da paz.

O Brasil enviou seu maior efetivo desde a Segunda Guerra Mundial para o Haiti, cerca de 1200 soldados, para a missão de paz multinacional, em substituição às tropas lideradas pelos EUA. O Brasil é, agora, responsável por liderar as tropas da ONU no país até que haja condições de governabilidade. As eleições para um novo presidente estão programadas para ocorrer no ano que vem.

Atualmente, Gerard Latortue, ocupa o cargo de primeiro ministro e Alexandre Boniface o de presidente, à frente do governo interino no Haiti. Muitos haitianos e especialistas estrangeiros consideram o primeiro ministro honesto, porém, fraco para governar o país.

O ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, que se encontra em asilo político na África do Sul, disse em entrevista que se considera ainda o líder eleito de seu país e que o povo haitiano luta de uma maneira pacífica para sua volta. Aristide foi forçado a abandonar o poder e deixar o Haiti no dia 29 de Fevereiro devido à insurgência de rebeldes. O protesto que derrubou Aristide ocorreu devido às suspeitas de fraude nas eleições de 2000, às acusações de perseguição política e pela profunda crise econômica que assola o país, na opinião de alguns analistas. Porém Aristide atribui a culpa de sua saída a pressões dos EUA e da França. A OEA (Organização dos Estados Americanos) já reconheceu o novo governo haitiano, não mais identificando Aristide como governante do país.

Recentemente alguns conflitos sangrentos levaram à morte mais de 1000 haitianos, o que, segundo analistas, ressalta a importância da presença de tropas de paz para manter a segurança e a assistência ao país. Grupos pró e contra Aristide são os responsáveis pela promoção da violência. O desarmamento da população em geral e, mais especificamente, de tais grupos, é

um dos objetivos da missão de segurança da ONU.

O Haiti é um dos mais pobres países do continente, com instituições de saúde, educação e segurança bastante precárias, o que dificulta ainda mais a situação de seu povo. O país atualmente depende de ajudas financeiras externas, provenientes dos EUA, França, Reino Unido, entre outros.

A missão de *peacekeeping* da ONU - liderada pela força militar brasileira - tem função de não apenas manter a paz, mas de auxílio ao desenvolvimento econômico e ao desenvolvimento de instituições políticas no Haiti, além de assegurar o cumprimento dos direitos humanos.

As forças de paz deverão permanecer no país até fevereiro de 2006, quando se espera que ocorra a posse do novo governo. Elas auxiliarão na transição política e na execução das eleições, previstas para 2005.

Referência

[Al Jazeera](#)

[Associated Press](#)

[Folha Online](#)

[MINUSTAH](#)

[Reuters](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

A aprovação do plano de retirada pelo gabinete ministerial israelense

Resenha
Segurança

Layla Dawood
10 de junho de 2004

Após a demissão de dois ministros do partido da União Nacional, o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, logrou êxito em aprovar seu plano, que foi submetido à votação do gabinete de ministros israelense em 06 de junho de 2004.

Após a demissão de dois ministros do partido da União Nacional – Avigdor Lieberman (ministro dos transportes) e Benny Eilon (ministro do turismo) – os quais se opunham ao plano de retirada total dos assentamentos israelenses na Faixa de Gaza e de parte daqueles situados na Cisjordânia, o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, logrou êxito em aprovar seu plano, que foi submetido à votação do gabinete de ministros israelense em 6 de junho de 2004. O plano aprovado, com 14 votos a favor e 7 contra, prevê a remoção de todos os 21 assentamentos israelenses na Faixa de Gaza e de 4 dos 120 na Cisjordânia.

No entanto, alguns ministros do Likud, partido do qual é membro Ariel Sharon e que recentemente rejeitou seu plano de retirada em referendo interno, teriam pressionado no sentido de que fosse incluído no documento final aprovado um prefácio que estabelece que a votação do dia 6 de junho não implicará na retirada imediata dos assentamentos. Ficou estabelecido que o desmantelamento dos assentamentos será realizado paulatinamente em quatro etapas (cada qual sujeita à votação no âmbito do parlamento israelense), sendo seu término

previsto para o final de 2005.

No que se refere à Faixa de Gaza, os primeiros colonos poderão retirar-se dos assentamentos a partir de agosto de 2004, apenas recebendo as indenizações correspondentes após deixarem o território. Aos demais, será dada a possibilidade de partir, voluntariamente, de março a julho de 2005, após o pagamento das compensações financeiras. Em 14 de agosto de 2005, serão encerradas as retiradas voluntárias e a Faixa de Gaza será decretada uma "zona militar fechada". Acredita-se que um prazo suplementar para a retirada voluntária da região será concedido aos colonos até o dia 1º de setembro, quando aqueles que insistirem em permanecer na região serão removidos à força pelo exército israelense. Cogita-se que a retirada dos civis da Faixa de Gaza será concluída até 15 de setembro de 2005, enquanto as tropas israelenses devem deixar a região até o dia 30 do referido mês.

No intuito de evitar o enfrentamento entre as tropas israelenses e os colonos, o primeiro ministro acredita poder incentivar a partida voluntária destes por meio da votação de um projeto de lei que dispõe acerca das indenizações a serem concedidas aos colonos. Tal projeto prevê

que cada família receberá, em média, US\$ 300 mil. O custo total encontra-se estimado em US\$ 1,5 bilhão, dos quais US\$ 458 milhões serão destinados à segurança. Além disso, o governo israelense espera convencer os colonos a se instalarem nas regiões pouco povoadas de Neguev e da Galiléia, respectivamente no sul e no norte de Israel.

Ariel Sharon assim se pronunciou logo após a aprovação do plano de retirada: "Os israelenses compreendem que Israel assumiu seu destino pela mão, que esta decisão garantirá a segurança, o êxito econômico e permitirá uma maioria demográfica judia em Israel. Israel não vai esperar mais pelos palestinos, e estes devem compreender que perderão outras oportunidades se não renunciarem ao terrorismo e à incitação à violência".

Contudo, a aprovação do plano de retirada começa a repercutir negativamente no âmbito da coalizão que apóia o governo de Ariel Sharon, sendo que o ministro da habitação, Effi Eitam, e o vice-ministro, Yitzhak Levy, entregaram seus pedidos de renúncia a Ariel Sharon em protesto à mesma. Embora o partido ao qual pertencem, o PRN (Partido Religioso Nacional), não tenha anunciado sua decisão acerca de sua permanência ou não na base governista, encontra-se em risco a sustentação desta, tendo o governo perdido a maioria parlamentar. O primeiro ministro contava com uma base de 62 deputados em um total de 120, a saber: 40 provenientes do Likud (partido de direita), 15 do Shinui (partido laico e de centro-direita), o deputado separatista Michael Nudelman da União Nacional (partido nacionalista de extrema direita) e seis deputados do Partido Religioso Nacional.

Ariel Sharon, apesar da vitória no que se refere à aprovação de seu plano de retirada, continua enredado em um complexo ambiente político. Atualmente, conta com o apoio de apenas 59 deputados, enfrentando, ainda, a oposição

de 15 parlamentares de seu próprio partido, o Likud, os quais são contrários à versão modificada do plano de separação adotado pelo gabinete ministerial. Além disso, têm sido alvo de polêmica supostas intenções israelenses em derrubar as casas dos colonos retirados de Gaza, ao invés de deixá-las aos palestinos e alegações não oficiais de que as obras para a construção do muro de separação em torno dos assentamentos na Cisjordânia deverão ter início brevemente.

Referência

[Jornal Folha de São Paulo](#)

[The New York Times](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profª. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Layla Dawood; Leticia Carvalho; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

